

**EU VIVO DA NATUREZA: RESISTÊNCIA E CONVERSÃO AGROECOLÓGICA DE PRODUTORES NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO**

Annelise Caetano Fraga FERNANDEZ<sup>1</sup>

**RESUMO:** Este trabalho tem como objetivo descrever as formas de resistência e o processo de ressignificação das práticas produtivas, políticas e reelaboração identitária dos produtores estabelecidos no Maciço da Pedra Branca, região que no passado constituía parte da Zona Rural da cidade do Rio de Janeiro e, que a partir de 1974, foi transformada em um parque estadual. Pretende-se mostrar como a criação desta unidade de conservação está relacionada a um conjunto mais amplo de transformações urbanas e que sua implantação exerceu efeitos contraditórios sobre a dinâmica da agricultura local. Em especial, destaca-se a imposição de novas fronteiras e usos, as relações estabelecidas com os agentes ambientais e mediadores e a crescente incorporação de valores de conservação da natureza e agroecológicos que tem alterado as percepções sobre o rural, o urbano e a relação entre agricultura e natureza. Também serão descritos, os processos recentes de mobilização política e apresentados alguns dados sobre esta agricultura, seus produtos, organização do trabalho e circuitos de produção.

**PALAVRAS-CHAVE:** Políticas ambientais. Conflitos ambientais. Agricultura. Relação rural-urbano. Agroecologia.

### **Introdução**

É pouco conhecida a atividade agrícola na cidade do Rio de Janeiro. Sua invisibilidade é resultado de um longo processo de disputas pelo poder de definir usos no espaço da cidade, que afirmou os usos urbanos e industriais em detrimento do rural e do agrícola. Como marco desta tendência, na década de 1960, a antiga Zona Rural da cidade, também chamada de Sertão Carioca, passa a ser denominada Zona Oeste.

O presente artigo tem o objetivo de descrever as formas de resistência e o processo de ressignificação das práticas produtivas, políticas e reelaboração identitária dos pequenos produtores estabelecidos no Maciço da Pedra Branca, região que no passado constituía parte da Zona Rural da cidade do Rio de Janeiro. Em 1974, uma parcela significativa deste território foi transformado em Parque Estadual da Pedra Branca (PEPB), totalizando cerca de 16% da área do município. Pode-se entender a criação desta unidade de conservação como uma interferência do Estado sobre as disputas entre os usos rurais e urbanos que ali se estabeleceram desde a década de 1930 e que, na década de 60 e 70, se tornam marcantes, com a integração viária da cidade, a expansão e consolidação das relações capitalistas no país, as

---

<sup>1</sup> UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Instituto Três Rios - Pós-Graduação em Ciências Sociais. Rio de Janeiro – RJ – Brasil. 25804100 - annelisecff@yahoo.com.br

## **Eu vivo da natureza: resistência e conversão agroecológica de produtores na cidade do Rio de Janeiro**

---

quais se refletem no plano da cidade e alteram o lugar e a importância desta pequena agricultura no conjunto das atividades econômicas desenvolvidas.

Refazer, portanto, o percurso que vai *Do Sertão Carioca ao Parque Estadual da Pedra Branca* (FERNANDEZ, 2009) significa reconstituir a história social do maciço localizado na região que outrora tinha esta denominação (em função de suas feições rurais) e identificar marcas que foram sendo feitas sobre o território que hoje é chamado de PEPB.

Procura-se mostrar que as histórias da ocupação do Maciço da Pedra Branca e da constituição do parque se misturam e que, ao mesmo tempo, este território instituído como unidade de conservação exerce também sua parcela de contribuição na dinâmica da atividade agrícola do município do Rio de Janeiro. Em outras palavras, uma parcela do que no passado era chamado de Sertão Carioca foi protegida pela criação de um parque, ou seja, de uma UC de proteção integral, que de acordo com a legislação não admite a permanência humana ou qualquer tipo de uso direto dos recursos naturais, como pressupõe a prática agrícola. Assim, este trabalho pretende reconstruir os processos através dos quais essas demarcações espaciais contraditórias, do ponto de vista legal, se articularam na história oral e na memória dos pequenos produtores e de como foram incorporadas à sua identidade de agricultores.

Não se trata, contudo, de idealizar o passado e de buscar identificar as permanências culturais no maciço, mas de entender como este passado é interpretado e reelaborado no contexto atual da agricultura do Rio de Janeiro e na relação desses pequenos produtores com a administração do parque. De acordo com Scott (1987), nas situações de mudança ou de crise, os grupos sociais em disputa tendem a idealizar o passado ou reelaborar antigas categorias, em uma tentativa de reter o melhor dos dois mundos. Assim, se por um lado os agricultores resistem às novas imposições legais, através de seus recursos disponíveis, de outro, eles têm compreensão de que precisam se apropriar dos argumentos legais para reelaborar a definição dominante de si mesmos, através da supressão do conjunto de valores que os estigmatizam e reapropriá-la de acordo com seus interesses (BOURDIEU, 2006). Este é o caso da crescente incorporação, por parte deste grupo, de valores e visões de mundo ligadas ao ambientalismo, salientando, entre outras coisas, o caráter ecologicamente correto de seus plantios, a não expansão de suas lavouras, a sua contribuição para o impedimento da entrada de pessoas estranhas na área, e a ajuda no combate aos incêndios.

Neste artigo, as representações desses pequenos produtores sobre seu ofício, sua(s) identidade(s) e como percebem a relação entre agricultura e natureza/ambiente e a cidade serão articuladas à descrição das transformações mais amplas que incidiram sobre o modo de vida desses produtores e a luta de classificações para nomear e definir os usos para esta

## **Eu vivo da natureza: resistência e conversão agroecológica de produtores na cidade do Rio de Janeiro**

---

região. Também serão descritos os processos recentes de mobilização política e apresentados alguns dados sobre esta agricultura, seus produtos, organização do trabalho e circuitos de produção. Essas informações são resultado de pesquisa de campo para doutoramento e do diagnóstico socioeconômico realizado no período de 2007 a 2009 pela equipe do Projeto Profito Pedra Branca (NGBS/Farmanguinhos), no qual a autora esteve inserida. O referencial teórico que ilumina e dá sentido a esses dados é a produção sobre campesinato e agricultura familiar<sup>2</sup>, levando em conta a situação bastante específica desses produtores: a de moradores de uma área de proteção integral, sujeitos a políticas ambientais e integrados ao meio urbano, tanto fisicamente quanto em suas relações com o mercado.

### **Os produtores do Maciço da Pedra Branca no contexto da atividade agrícola do Rio de Janeiro**

A produção voltada aos estudos de campesinato tem chamado atenção para a importância das relações deste grupo social com a cidade. Se por um lado o campesinato possui relativa autonomia dos sistemas econômicos e políticos da sociedade mais ampla, vive, porém em relação aos mercados urbanos (KROEBER apud FOSTER, 1967), comercializando seus produtos e adquirindo outros que não produz.

Autores como Queiroz (1973, 1978) e Cândido (1971) contestam o mito do isolamento dos pequenos produtores, e apontam para diferentes formas de integração com a sociedade mais ampla, contudo, destacam também que algumas delas podem levar a situações de decadência e miséria. Maria Isaura Pereira de Queiroz (1978), ao analisar as relações campo-cidade no Brasil, nos fornece importante contribuição para entender o conjunto de transformações vividas pelos agricultores da Zona Oeste do Rio de Janeiro, a antiga Zona Rural da cidade. Para esta autora, as relações do campesinato com o meio urbano dependem dos tipos de cidades, de suas funções regionais e de sua dependência, ou não, com o meio rural circundante. As pequenas e médias cidades que pontilham o interior do país, ressalta Queiroz (1978), estabelecem um vínculo intenso com seu meio rural. Elas existem como centros político-administrativos, mas são essencialmente consumidoras dos produtos do campo. Já em grandes centros urbanos como Rio de Janeiro e São Paulo, afirma a autora, o

---

<sup>2</sup> A agricultura familiar é definida como uma unidade de produção agrícola onde a propriedade e o trabalho estão intimamente ligados à família (LAMARCHE, 1993; CARNEIRO, 1999). Esta definição ampla permite compreender a variedade de experiências de produção familiar e que envolvem diferentes tipos e lógicas de inserção no mercado, de condições de produção, de controle da terra e estratégias adotadas pela unidade familiar para a sua reprodução social. Sob esta perspectiva, a organização camponesa é compreendida como uma das possibilidades de produção agrícola familiar.

## **Eu vivo da natureza: resistência e conversão agroecológica de produtores na cidade do Rio de Janeiro**

---

desenvolvimento cada vez maior da tecnologia leva a cidade a se liberar do campo e a impor seu estilo de vida e sua estratificação social de base econômica. Ocorre então que a maior parte da população não mais se ocupa da atividade agrícola, voltando-se para atividades industriais e de serviços.

Para Queiroz (1978), foi a riqueza do café que possibilitou a prosperidade de cidades como Rio de Janeiro e São Paulo, tornando-se centros de um consumo diversificado e um modo de vida citadino, marcadamente contrastivo com o modo de vida rural. Queiroz, a este respeito, destaca como esse contraste mais cultural do que econômico entre o modo de vida da cidade e do campo foi responsável pelo surgimento do imaginário do sertão como isolamento<sup>3</sup>, ausência de civilização em contraste com a civilização europeia e a vida aburguesada. A industrialização que ocorre em seguida ao aburguesamento das cidades traz uma verdadeira ruptura ao seu meio rural mais próximo, visto que as cidades não podem mais depender de uma produção agrícola rudimentar e passam a buscar em regiões mais distantes uma produção de massa, através de meios de comunicação modernos e rápidos. Desta forma, para a autora, as grandes cidades parecem repetir um processo de decadência de sítios *tradicionais*<sup>4</sup> no seu entorno, à medida que passam a exigir outras formas de abastecimento em massa e de forma mais tecnicizada.

Vemos que o desenvolvimento industrial rápido de um centro urbano nem sempre melhora ou transforma a existência dos sítios tradicionais que anteriormente o abasteciam, podendo até jogá-los no isolamento, na decadência. (QUEIROZ, 1978, p. 55).

Neste sentido, a ideia de isolamento ou ruptura, utilizada por Queiroz (1978), não diz respeito a um isolamento físico, mas sim ao fato de que, na verdade, mudou o lugar e a relevância dessa agricultura no conjunto de atividades econômicas que se desenvolveram no plano das grandes cidades como o Rio de Janeiro, exercendo seus efeitos sobre os usos e significados sociais atribuídos ao espaço. Ao contrário da ideia de que quanto maior o isolamento, maior a preservação dos padrões de vida e sociabilidade das populações rústicas, destaca-se que foi justamente a integração econômica e social dos pequenos produtores aos centros urbanos que garantiu, durante certo tempo, sua vitalidade. A agricultura praticada na Zona Oeste, na atualidade, apesar de não ter desaparecido, realiza-se, de fato, em condições

---

<sup>3</sup> De fato, a Zona Rural do Rio de Janeiro era também denominada Sertão Carioca e o imaginário de isolamento e rusticidade atribuído a esta população *sertaneja* (que vivia de pequenos cultivos, atividades extrativistas e artesanais) é retratado na obra homônima *Sertão Carioca*, escrita em 1936, pelo intelectual e naturalista autodidata Armando Magalhães Corrêa.

<sup>4</sup> Termo utilizado pela autora.

## **Eu vivo da natureza: resistência e conversão agroecológica de produtores na cidade do Rio de Janeiro**

---

extremamente desfavoráveis, além de ser quase totalmente desconhecida para a maior parte da população da cidade. A percepção da decadência, ou de que esta atividade não tem mais a importância que possuía no passado, é uma avaliação que também fazem os produtores, revelando certa aceitação resignada da definição dominante da sua identidade (BOURDIEU, 2006).

Confirmando esta tendência descrita por Queiroz, das relações do campesinato com a cidade, o chamado Sertão Carioca abrigou em sua história diferentes ciclos econômicos: da cana de açúcar, do café e da laranja e extração de carvão, todas essas atividades aliadas a uma agricultura de subsistência<sup>5</sup> e práticas extrativas. Destinada a tornar-se o cinturão agrícola da cidade do Rio de Janeiro, esta região sofreu, a partir dos anos 1930, intervenções de saneamento, buscando drenar os pântanos e áreas alagadas a fim de melhorar as condições de salubridade local. O efeito, contudo, foi contrário ao desenvolvimento da atividade agrícola. Tais ações inauguram um processo intenso de grilagem de terras e urbanização, assim como violentos conflitos com os pequenos produtores da região que resistiram e lutaram através de associações e da constituição de ligas camponesas.

A reconstituição deste embate é feita por Santos (2006) através da análise dos artigos publicados, sobretudo, na pequena imprensa<sup>6</sup>, a partir dos quais o autor ressalta a importância de mediadores tais como jornalistas, advogados, políticos ligados ao Partido Comunista que abraçaram a causa dos lavradores do Sertão Carioca e possibilitaram a articulação desta luta a temas culturais mais amplos, tais como, a valorização do trabalho no Governo Vargas, ou a diferentes esferas, como a causa das donas de casa e a luta contra a carestia e a falta de abastecimento de alimentos na cidade, além da formação de laços de solidariedade a movimentos sindicais e de luta por moradia. Neste processo de luta, o termo *camponês* foi outra categoria política apropriada pelos lavradores cariocas e lhes permitia identificarem-se como aqueles que lutavam pelo direito à terra e que faziam parte das ligas camponesas.<sup>7</sup>

O que deve ser ressaltado é que apesar de os agricultores cariocas se inserirem no processo de luta das ligas camponesas, atuantes em diversos estados do Brasil, sobretudo no Nordeste, o caso fluminense é especialmente relevante, pois na base dos conflitos está não o latifúndio e o “atraso”, mas o processo de urbanização (GRYNSPAN, 1998, p.4).

---

<sup>5</sup> Aquilo que é socialmente necessário para a reprodução física e social do trabalhador e de sua família (GARCIA JR., 1983).

<sup>6</sup> Imprensa Popular, Luta Democrática, Novos Rumos, Terra Livre, Tribuna Popular, Voz Banguense, Voz Operária (SANTOS, 2006).

<sup>7</sup> O termo *camponês*, tal qual é utilizado neste trecho, surge no Brasil como uma categoria de auto definição por parte de posseiros, arrendatários e pequenos proprietários de terra em um contexto de luta entre os anos 40 e 60, contra processos de expropriação de terras em diversas regiões do país, mas sobretudo no Nordeste.

### **A criação do PEPB: o parque, a cidade e as plantações**

A criação do PEPB, em 1974, é um marco institucional que representa a consolidação de uma ação do Estado, orientada por concepções conservacionistas, para fazer frente ao processo de urbanização que ameaçava as encostas desta região. Inclusive, uma das razões apontadas para a criação do parque é a constatação da decadência das atividades agrícolas que não conseguem fazer frente aos novos usos urbanos.

Os parques correspondem a uma categoria restritiva de área protegida, que por determinação legal, impede a permanência de populações em seu território. Este fato trouxe aos produtores do Maciço da Pedra Branca uma situação definida por Sathler (2007) como desterritorialização subjetiva, ou seja, muito embora estes não tenham sido removidos passaram a viver em uma situação de completa incerteza e reelaboração de seus vínculos tradicionalmente estabelecidos com o território, transformado em parque. Trata-se, no entanto, de um processo lento, que se fez aos poucos e que foi deixando suas marcas sobre este território, à medida que os projetos, concepções, modelos de gestão concebidos por atores específicos do campo ambiental, em diferentes conjunturas políticas, foram postos em prática. Pode-se, no entanto, adiantar que nos primeiros anos, a ausência de uma estrutura administrativa e a reduzida legitimidade da temática ambiental no âmbito institucional resultaram em pouquíssimas ações concretas de interferência no território do parque ou qualquer iniciativa por parte das agências ambientais de retirada das populações residentes ou de repressão constante às práticas agrícolas no maciço. Diante da impossibilidade institucional de fazer valer o modelo de parque tal qual este é definido legalmente, estabeleceu-se uma política, definida pelos próprios funcionários do órgão ambiental, *do deixa como está*. Tal política é balizada pelo não reconhecimento de qualquer direito dos produtores de ali permanecerem, mas tolhidos em suas ações repressivas, pela impossibilidade de removê-los, tem se baseado na fiscalização pontual, na negociação e na concessão de favores pessoais dos diferentes administradores do parque com seus moradores.

Os agricultores do Maciço da Pedra Branca, aos poucos, se viram impedidos de melhorar os caminhos de acesso aos sítios, de instalar energia elétrica em suas casas e conseqüentemente, de adotarem meios de produção mais eficazes e de expansão de seus cultivos. Contudo, mantiveram seus cultivos de banana e caqui, que além de principais cultivos comerciais, acabaram exercendo a importante função de demarcar no espaço,

## **Eu vivo da natureza: resistência e conversão agroecológica de produtores na cidade do Rio de Janeiro**

---

atualmente destinado à conservação, o controle da terra e posse dos moradores que reclamam ter chegado ali antes da criação do parque.

Embora não se possa falar em um conflito aberto e da remoção iminente dos moradores e produtores do PEPB, a dimensão visível e estigmatizante da desterritorialização subjetiva a que se refere Sathler (2007) se faz presente em reportagens recorrentes que acusam os produtores de invasores e ameaçam sua retirada do interior da unidade de conservação. Assim, na reportagem do Jornal *GI* de 27 de maio de 2011, lê-se: “Imagens mostram plantação ilegal de bananas em parque ambiental no Rio”. Nesta matéria, o entrevistado e responsável pela Coordenadoria de Combate aos Crimes ambientais, José Maurício Padrone, afirma:

“Existe um projeto, o projeto vai terminar no final do ano e a secretaria vai indenizar essas pessoas que estão lá, e vai acabar com a banana, com essa plantação de banana, e plantar mudas de Mata Atlântica nativa daquela região”, disse José Maurício Padrone, da Coordenadoria de Combate aos Crimes ambientais. (IMAGENS..., 2011).

O projeto citado é, na verdade, o plano de manejo, que em sua fala, parece ser um instrumento técnico-científico que finalmente fornecerá a justificativa legal para a remoção dessas “pessoas” e de suas plantações. A criminalização dos produtores, com base em princípios da Legislação ambiental e dos valores conservacionistas (FERNANDEZ, 2014) oculta a história da ocupação do Maciço da Pedra Branca. Ao chamá-los de invasores, inverte a relação de anterioridade da presença dos produtores e seus cultivos na região. Há também implícita nesta fala, a condenação ao cultivo da banana, por ser esta classificada como planta exótica. E de fato, o INEA (Instituto Estadual do Ambiente), órgão responsável pela administração do PEPB e outros parques estaduais, em 2007, iniciou um projeto de retirada de jaqueiras e bambuzais do Parque Estadual da Ilha Grande, sob a alegação de que eram plantas exóticas invasoras. A ação causou grande choque e perplexidade entre a população da Ilha Grande e foi descrita por Prado e Catão (2010), como uma manifestação do etnocentrismo e assimetria nas relações com o outro, à medida que não considera o saber local e a importância de determinadas espécies nas práticas culturais das comunidades.

A postura do órgão ambiental fluminense vai na contramão de políticas socioambientais que buscam considerar as necessidades e modos de vida dos grupos diretamente atingidos pelas unidades de conservação e, que em sua maioria, dependem da interação direta com os recursos naturais para garantir sua subsistência. Santilli (2009), neste sentido, defende a necessidade das políticas de conservação incorporarem os princípios da

## **Eu vivo da natureza: resistência e conversão agroecológica de produtores na cidade do Rio de Janeiro**

---

agrobiodiversidade, nos quais se busca valorizar a diversidade de plantas cultivadas e de agrossistemas, junto com os conhecimentos, formas de manejo e técnicas agrícolas, responsáveis pela produção de biodiversidade e de alimentos para a humanidade.

Tanto a banana quanto o caqui são plantas classificadas como exóticas, mas estabelecidas de forma centenária, no caso da banana, e por décadas, no caso do caqui, cultivado a partir dos anos de 1950 na região, os quais ajudam a compor uma paisagem agroflorestal ou uma floresta-cultura por abrigar as marcas e registrar a história das diferentes formas de interação entre sociedade e natureza.

Além das áreas ocupadas pelos caquizeiros e pelos bananeiros, o sítio também abriga outras culturas praticadas em menor escala, igualmente destinadas ao mercado, além de outras consideradas de subsistência (GARCIA JUNIOR, 1983) que eventualmente podem ser comercializadas. O *campo* ou *capineira* é a área do sítio destinada à alimentação dos burros, a *macega*<sup>8</sup>, que é uma área de vegetação rasteira que já foi cultivada e abandonada, além da *capoeira* que é uma área anteriormente cultivada, mas que por falta de mão de obra, ou devido à ação de projetos governamentais, converteu-se em mata (LEAL, 2005).

Assim, se por um lado, com a criação do PEPB, houve uma significativa recomposição da floresta, com a redução da prática agrícola, de outro, a existência de uma área protegida regulada pela legislação ambiental, em certa medida, ajudou na manutenção de uma pequena produção que pôde se resguardar parcialmente do processo de urbanização e valorização do solo urbano, trazidos pela atividade imobiliária e taxas impostas pela Prefeitura. As restrições legais e econômicas impostas à agricultura, acrescidas da melhoria do sistema de transportes e integração viária entre os bairros da cidade, fizeram com que as partes mais altas do maciço, outrora ocupadas por sítios e cortadas por caminhos que atravessavam a cidade, ficassem cada vez menos utilizadas.

Também sob outra perspectiva, deve-se considerar que a manutenção das fronteiras do parque também foi alcançada, em parte, pela existência dos agricultores que ali permaneceram. O Estado, neste sentido, socializou com os moradores do Maciço da Pedra Branca o ônus da criação de uma área protegida. Cientes da condição a que foram submetidos e de sua importância para a manutenção desta área protegida, os produtores do maciço acionam o argumento de que não expandem seus cultivos, conservam a natureza e asseguram os limites do parque e, assim, buscam legitimar o direito de permanecer no PEPB.

---

<sup>8</sup>Os termos “capineira”, “macega” e “capoeira” foram identificados na região de Rio da Prata por Leal (2005, p.67).

## **Eu vivo da natureza: resistência e conversão agroecológica de produtores na cidade do Rio de Janeiro**

---

Cândido (1971, p. 142), ao tratar da crescente relação de dependência dos produtores aos serviços e produtos da cidade, afirma que pode surgir uma situação de desequilíbrio entre suas necessidades e recursos disponíveis. “O homem rural depende, portanto, cada vez mais da vila e das cidades, não só para adquirir bens manufaturados, mas para adquirir e manipular os próprios alimentos.” Para além da questão da obtenção dos meios de vida, a integração crescente às atividades urbanas resulta, em muitos casos, em leituras dominantes, veiculadas, na mídia, de desqualificação da atividade agrícola local ou da identidade de produtor.

### **Memórias sobre o trabalho, a subsistência e os ciclos de produção**

Na memória dos agricultores, pôde-se resgatar a vivência de alguns ciclos econômicos do maciço, das lembranças sobre a fabricação de carvão, as plantações de laranja, as de chuchu, quiabo e outros legumes. A referência à produção de carvão apresentou-se mais marcante nas lembranças dos entrevistados pertencentes às famílias dos trabalhadores de fato envolvidos na extração do carvão. Esta aparece então como uma atividade marcante para a manutenção das famílias, realizadas em combinação com outras culturas de subsistência. A venda de carvão, junto com outros produtos orientados ao mercado permitia a compra de bens que não eram produzidos pela unidade familiar.

Meu pai fazia o carvão e fazia compra no armazém de João Vieira. Tinha mês que ele fazia, levava carvão, ia fazendo compra. Aí, quando chegava no fim, quando acabava de fazer o balão, ele ia lá e dizia: ‘Seu João, quanto eu estou devendo aí?’ Ele apanhava o lápis, fazia a conta... – ‘Oh Manel, você ainda está me devendo tanto.’ Aí meu pai voltava e ia fazer carvão de novo. Tornava a continuar fazer compra. Ele nunca tinha um dinheiro, para dizer esse dinheiro é meu, de chegar na mão. Finado João Vieira vendia do jeito que ele queria. Dali, mandava o carvão lá para baixo, no Tanque<sup>9</sup> tinha uma carvoaria grande, era onde recebia o carvão daqui que meu pai fazia. [...] Meu pai trabalhava na agricultura. Meu pai quando criou a gente, criou a gente fazendo carvão. Naquela época podia fazer. Trabalhava naquele morro lá. Tinha semana, que a gente ficava a semana inteira fora de casa lá, vigiando o balão. No intervalo, que ele estava esperando o balão queimar, ele plantava outras coisas: tomate, feijão, milho, tudo isso. A minha mãe fazia comida, botava na cabeça, subia e levava para ele. (Relato oral de Dona Áurea<sup>10</sup>).

Destaca-se a memória do trabalho na agricultura como parte da identidade social da moradora. Além disso, descreve a combinação entre a produção familiar e o trabalho

---

<sup>9</sup> Um dos sub-bairros de Jacarepaguá.

<sup>10</sup> Os nomes citados são fictícios.

## **Eu vivo da natureza: resistência e conversão agroecológica de produtores na cidade do Rio de Janeiro**

---

assalariado na atividade extrativa do carvão. Na lembrança de Dona Áurea, a queima do carvão não é percebida como danosa ao meio ambiente, visto que, segundo ela, ao término do corte das madeiras, já se observava o brotamento da vegetação. O que parece orientar a leitura deste passado é a atual normatização sobre o uso da terra e os recursos naturais, introduzida pela legislação ambiental, progressivamente dificultando as práticas agrícolas e extrativistas dos moradores do maciço da Pedra Branca. “*Naquela época podia fazer carvão, não era proibido, agora não pode mais*”, relata Dona Áurea. O contraste entre o passado e o presente também é acentuado a partir da possibilidade de variedade de culturas que propiciavam o abastecimento da casa e revelam também a relevância da agricultura para o sustento doméstico, que diferente do que ocorre na época atual, há o predomínio da cultura da banana e do caqui que são basicamente para o mercado.

Com o fim do ciclo do carvão, permaneceram as pequenas culturas já existentes e junto com elas, uma série de serviços, muitas vezes ligados à agricultura, que permitiam aos lavradores complementar sua renda, tais como: as empreitadas de roça<sup>11</sup>, colheita, transporte e venda dos produtos agrícolas. A especialização na construção de casas de pau-a-pique também era outra atividade bastante valorizada no Sertão Carioca. Seu Antônio, morador da região do Cafundá de Guaratiba no bairro de Vargem Grande, em sua conta, lembra ter construído cerca de setenta casas de pau-a-pique. Assim, além dos serviços ligados à agricultura, a criação de pequenos animais e de atividades extrativistas, o trabalho em casa de família, a costura ou o comércio eram alternativas de complementação de renda para as mulheres, assim como a construção civil, a jardinagem e as atividades de revenda de produtos agrícolas, extrativistas ou artesanais em feiras e mercados do subúrbio, entre outras atividades, para os homens.

Ao caminhar nas serras de Vargem Grande constata-se a existência de ruínas de casas e até mesmo de um armazém bem acima da cota de 400m, indicando que no passado, havia um dinamismo espacial mais intenso nas áreas mais altas do maciço. Seu Enedino, agricultor da região do Rio da Prata em Campo Grande, confirma esta tendência: “*antes tinha muito mais gente aqui em cima, depois, foi concentrando lá embaixo*”. Assim, outrora, muito mais povoado do que hoje, o Maciço da Pedra Branca tinha suas partes altas ocupadas e os caminhos entre as encostas eram muito frequentados para alcançar os diversos bairros da cidade. A travessia de Campo Grande para Vargem Grande, Camorim ou Taquara, por exemplo, era muito utilizada para transportar as mercadorias para os mercados de Cascadura,

---

<sup>11</sup> Limpar o terreno, prepará-lo para a lavoura.

## Eu vivo da natureza: resistência e conversão agroecológica de produtores na cidade do Rio de Janeiro

---

Madureira e outros. Assim, essas trilhas no passado podiam ser percorridas a pé, de burro ou a cavalo, mais rápido do que através dos transportes urbanos disponíveis da época. Ainda hoje, um agricultor residente na vertente do Rio da Prata mantém redes de sociabilidade e arranjos de trabalho mais intensos na vertente de Vargem Grande, deslocando-se pelos caminhos do maciço.

A variedade de culturas do maciço faz então Seu Orivaldo lembrar que antigamente só era preciso comprar o sal, se fazia farinha e outros produtos... Sua esposa, Dona Sônia, contudo, em outro momento, ao apresentar com orgulho suas plantações, afirma: “*se falta café tem chocolate, se falta carne, tem ovo, se falta gás, tem lenha*”. Segundo Garcia Jr. (1983) a agricultura de subsistência é aquela que permite estabelecer padrões e normas de reprodução socialmente aceitáveis. A ambiguidade das falas sugere a ênfase de Seu Orivaldo ao passado de dinamismo da produção local, à possibilidade da agricultura no passado permitir melhores condições de reprodução social dos moradores do maciço, enquanto Dona Sônia chama atenção para o fato de que a produção familiar ainda tem importante papel na manutenção da casa.

Além das atividades cotidianas no sítio, Dona Sônia gosta de desenhar, escrever e fazer músicas como a que está citada abaixo. Já publicou um livro de poemas e no momento junta recursos para publicar outro.

Gosto do meu pedaço de serra  
Gosto do meu pedaço de chão  
Planto a semente na terra  
Para colher o meu pão  
Quando cai a chuva  
Fica tudo enlameadinho  
Não tem asfalto  
Fica cheio de lama o caminho  
Mas nosso Deus, o nosso criador  
Nos abençoa com o seu grande amor

A análise dos versos de Dona Sônia revela alguns dos elementos acionados pela entrevistada, na elaboração de uma territorialidade construída a partir de uma dimensão simbólica e cultural do espaço vivido. Certas formas visíveis do espaço: as serras, seus caminhos íngremes, a natureza, as plantações de banana e os animais de transporte, compõem um sistema no qual Dona Sônia se sente em casa. Também a referência ao controle da terra e a autossuficiência, traduzidos *no meu pedaço de chão e meu pão*, colaboram na construção do seu sentimento de pertencimento. Nos desenhos de Dona Sônia, também combinados com

## **Eu vivo da natureza: resistência e conversão agroecológica de produtores na cidade do Rio de Janeiro**

---

versos, é o caminho que ganha destaque interligando a casa, o trabalho penoso na agricultura e a possibilidade de subsistência no PEPB, definido *como campos de pastagem*.

Os caminhos, termo genericamente aplicado às estradas, ruas e trilhas que atravessam o Maciço da Pedra Branca, talvez sejam um dos elementos espaciais mais significativos para refletir sobre os processos de territorialização de seus habitantes, que neles passam grande parte de sua vida. Os caminhos não só demarcam os diferentes usos do espaço, suas formas de apropriação material e simbólica, como também integram diferentes dimensões da vida social de seus moradores. Através dos caminhos, seus moradores estabelecem vínculos de sociabilidade, marcam sua presença anterior à criação do parque no maciço e na luta pela manutenção das ruas, reivindicam direitos ao Estado. Segundo os moradores, todos os caminhos, hoje transformados em estradas, foram abertos e melhorados *no muque*, ou seja, pelo esforço dos próprios habitantes. Tais iniciativas antecedem a criação do Parque e é questão de conflito entre os moradores e os órgãos fiscalizadores do PEPB, uma vez que, de tempos em tempos, os primeiros procuram melhorar as suas condições de acessibilidade, justificando esta ação como uma necessidade.

### **Novas dinâmicas de produção, conversão agroecológica e circuitos de comercialização**

Como expressão das restrições legais impostas à agricultura e transformações econômicas mais amplas, as atividades cotidianas de manutenção da propriedade, de organização da produção e inserção no mercado também sofreram adaptações.

A melhoria do sistema de transportes e integração viária entre os bairros da cidade, além da necessidade de acessar serviços urbanos e escola para os filhos, fizeram com que as partes mais altas do maciço, outrora ocupadas por sítios e cortadas por caminhos que atravessavam a cidade, ficassem cada vez menos utilizadas. Houve um processo de descensão espacial das famílias de agricultores que buscaram se estabelecer em áreas mais baixas. Alguns preservaram seus sítios originais nas cotas mais altas, outros venderam e mudaram de atividade. Confirmando esta tendência, cerca de 37%<sup>12</sup> dos produtores possuem sítios separados de seu local de moradia. No caso dos sítios, destinados apenas à produção, a casa se mantém de modo rústico, com poucos cuidados, mesmo assim deve proporcionar algum conforto, visto que muitos dos produtores passam alguns dias da semana em suas unidades de produção. Essas casas também são verdadeiros registros do modo de vida do Sertão Carioca e

---

<sup>12</sup> Dados obtidos pelo Projeto Profito em 2007.

## **Eu vivo da natureza: resistência e conversão agroecológica de produtores na cidade do Rio de Janeiro**

---

abrigam a história familiar desses produtores que na infância viveram nesses sítios com seus pais.

Entendendo a posse e a propriedade da terra, não do ponto de vista exclusivamente documental, mas relativo à comprovação da anterioridade e antiguidade desses produtores no Maciço da Pedra Branca, 87% deles afirmam ter a propriedade da terra, como uma forma de apropriação plena deste bem, sem a necessidade de algum tipo de pagamento de renda ou aluguel a outrem por seu uso.

Quanto à forma de aquisição da terra, 40% afirmam tê-la adquirido por herança e 47% pela compra, em sua maioria, dos próprios familiares ou parentes de pequenos produtores do maciço. Esses dados indicam a mobilidade espacial das famílias no maciço a fim de viabilizar a reprodução de novos núcleos familiares e relaciona-se também à possibilidade de continuidade do trabalho agrícola na sucessão de gerações.

As propriedades possuem, em sua maioria, uma área entre 1e 5 hectares (ha), seguindo-se de propriedades com até 10 ha. No caso do Maciço da Pedra Branca, deve-se enfatizar que o espaço disponível para o cultivo corresponde apenas a uma parcela deste total, visto que uma parte significativa das propriedades são áreas florestadas. Mesmo alguns dos cultivos já podem ser classificados como agroflorestas, visto que os bananais coexistem com outras árvores e plantas.

A estimativa sobre a atividade agrícola no Maciço da Pedra Branca com base na relação área de propriedade e quantidade produzida deve ser relativizada, ao se considerar que parte significativa das propriedades não é utilizada porque foi convertida em florestas ou porque parte dos terrenos são áreas de encosta, dificultando ou inviabilizando sua produção. As condições de realização do trabalho familiar, o uso de técnicas e tecnologias rústicas tais como o uso de animais para o transporte, a colheita manual, a ausência de sistemas de irrigação, as condições acidentadas dos caminhos, também são fatores que devem ser considerados ao se avaliar a produtividade no maciço.

Além disso, deve-se considerar que esta é uma agricultura que coexiste com áreas destinadas à conservação e, desta forma, sua produtividade deve ser avaliada também levando-se em conta critérios de agrobiodiversidade nas propriedades e florestas do PEPB, como resultado de séculos de manejo. Deste modo, não apenas a perspectiva econômica, mas noção de multifuncionalidade (WANDERLEY, 2003; CARNEIRO; MALUF, 2003; ANJOS; CALDAS, 2012) da agricultura deve ser adotada para a compreensão da relevância da pequena agricultura familiar no Maciço da Pedra Branca. Em outras palavras, a agricultura não deve ser vista apenas pela sua capacidade de colocar “mercadorias” no mercado, mas

## **Eu vivo da natureza: resistência e conversão agroecológica de produtores na cidade do Rio de Janeiro**

---

também pelos seus múltiplos aspectos, sejam eles: identitários, de subsistência, de conservação da natureza, de sociabilidade e reciprocidade, etc.

### **Representações sobre o rural o urbano, a natureza e o ambiente**

Os dados do diagnóstico socioeconômico do Projeto Profito obtidos em 2007 indicam o processo de ambientalização de valores (LEITE LOPES, 2004) experimentado pelos produtores ao pensarem sobre sua atividade e sua relação com a natureza e o ambiente. Trata-se de um registro rico das escolhas, dos limites e questões que se deparam no contexto de produção em uma unidade de conservação. Além disso, expressam, em alguma medida, o resultado da interação com mediadores de ONGs e instituições que realizaram e vêm realizando projetos com esse grupo e estimularam a organização dos produtores em associações. Nesta perspectiva, formaram-se três associações<sup>13</sup> no maciço: A ALCRI criada em 1986 e refundada em 1998 por incentivo da Emater, a Agroprata, criada em 2003, por estímulo da ONG Roda Viva e a Agrovargem, criada em 2007, no contexto de atuação do NGBS/Farmanguinhos através do Projeto Profito no maciço. Essas duas últimas organizações são claramente orientadas por princípios socioambientais. Nestes termos, a Agroprata nasceu com a identidade de associação para a produção orgânica e seus produtores, com o apoio da ONG, criaram a primeira feira do gênero da cidade: a Feira Orgânica de Campo Grande. Por incentivo do Profito, as três associações do Maciço desenvolveram sistemas agroflorestais de plantas medicinais e têm se articulado em redes de participação política que envolvem os sistemas agroalimentares.

Foram aplicados 85 formulários e neste item específico, foram feitas três perguntas: a primeira tratava da classificação do lugar como rural ou urbano. Para 88% dos entrevistados, a localidade onde eles vivem preserva as feições rurais e apenas 10% deles afirmaram se tratar de uma área urbana. Assim, apesar da existência de um contexto onde as fronteiras entre o rural e o urbano tornam-se muito tênues e são ressignificadas pelos valores ambientais (CARNEIRO, 2005), para os pequenos produtores do PEPB, a ênfase na permanência do rural que abriga atividades agrícolas se combina com o seu papel em defender o parque e fazer frente à urbanização.

Quanto às outras duas perguntas, uma delas utilizando o termo natureza e, a outra, ambiente, foram feitas na tentativa de identificar a variação de questões e valores em relação a

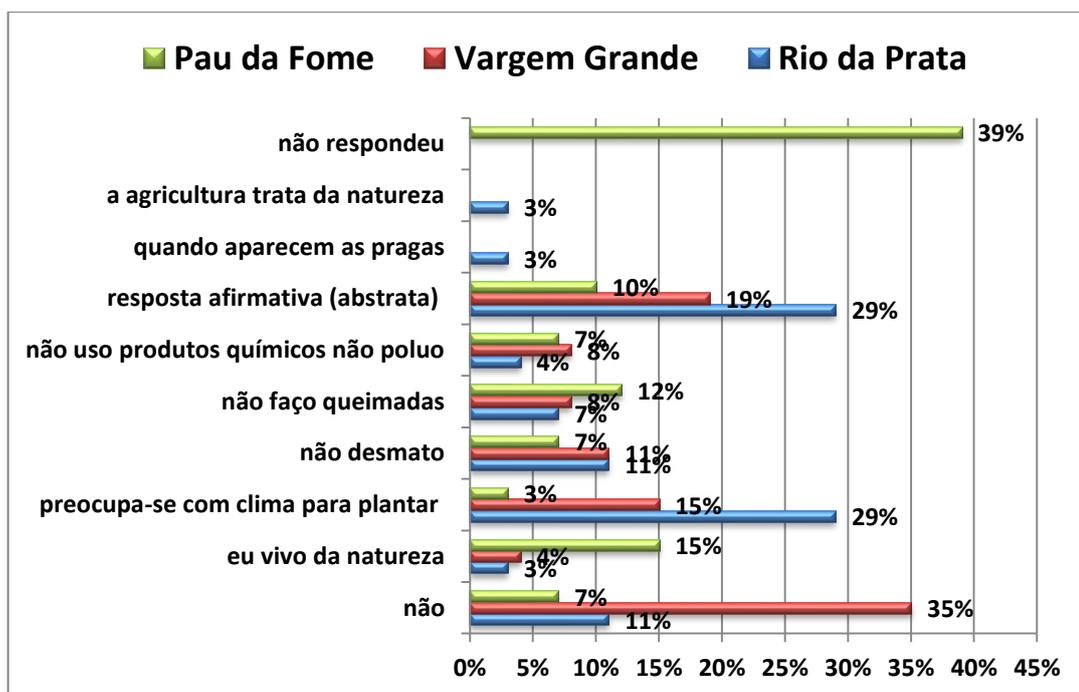
---

<sup>13</sup> A ALCRI tem sua sede na localidade do Pau da Fome (no bairro Taquara), a Agroprata, na localidade do Rio da Prata (no bairro de Campo Grande) e, a Agrovargem, no bairro de Vargem Grande.

## Eu vivo da natureza: resistência e conversão agroecológica de produtores na cidade do Rio de Janeiro

esses termos. Ao serem perguntados se tinham alguma preocupação com a natureza quando cultivavam, observa-se a predominância de respostas afirmativas, contudo com um número razoável de respostas não justificadas e a ausência de respostas (39% dos entrevistados na localidade do Pau da Fome), indicando distanciamento em relação ao tema. Por outro lado, as demais respostas chamam a atenção para a riqueza de aspectos sobre a relação homem, natureza/ ambiente apontada pelos produtores. É possível sugerir que o termo natureza é relacionado a uma perspectiva mais técnica e utilitária, sendo destacada a natureza como recurso primeiro ou base a partir da qual se realiza a agricultura. Assim a expressão “eu vivo da natureza” ou a preocupação com o clima justificam a necessidade das relações de cuidado, ainda que seja tardiamente, como indica a resposta: “quando surgem as pragas”. O outro conjunto de respostas indica um grau maior de ambientalização de valores traduzido pela modificação de comportamentos: “não uso agrotóxicos”, “não faço queimadas”, “não poluo”, etc. Por fim, a afirmação: “a agricultura trata da natureza”, expressa um princípio da agrobiodiversidade, ao valorizar o manejo agrícola para a manutenção, adaptação e variedade de espécies da fauna e da flora. Em linhas gerais, essas respostas indicam a constatação por parte dos produtores de que a natureza garante a reprodução social da atividade agrícola. Expressam também a identidade do produtor e a relação de seu ofício com a natureza.

Gráfico1 - Você tem alguma preocupação com a natureza quando cultiva?



Fonte: Elaboração própria com dados obtidos pelo projeto Profito em 2007.

## **Eu vivo da natureza: resistência e conversão agroecológica de produtores na cidade do Rio de Janeiro**

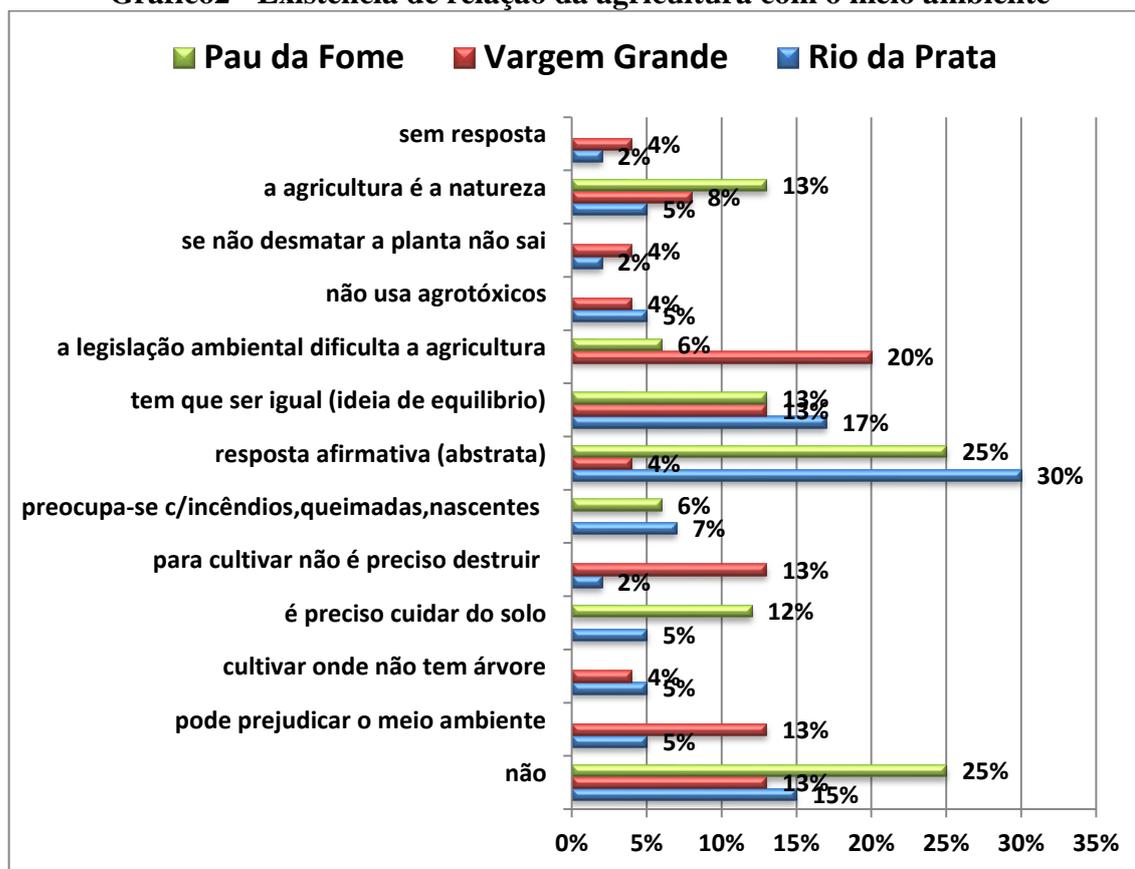
---

Quando a pergunta foi modificada e apresentada desta forma: “você acha que existe relação entre agricultura e meio-ambiente”, constata-se que as respostas têm caráter mais político e ampliado. Observa-se que, quase 80% dos agricultores demonstram algum tipo de reflexão ou conhecimento sobre a questão ambiental, indicando a tendência a ambientalização de valores (LEITE LOPES, 2005). Algumas respostas se repetem neste gráfico, confirmando a mudança de comportamentos e conversão agroecológica: a não utilização de agrotóxicos, a preocupação com as nascentes e por isso, a não utilização de queimadas, etc. As respostas revelam também uma compreensão articulada e que expressa o conflito de interesses entre a atividade agrícola e o meio ambiente e a possibilidade de conciliação entre ambos. É o que fica evidente nas respostas: a legislação ambiental dificulta a agricultura e só é possível plantar onde não tem árvore, já que a plantação é dentro de um parque, justificaram os entrevistados. Esta última resposta é particularmente interessante, porque retrata um momento específico de interpretação das práticas consideradas ambientalmente corretas, sobretudo em uma unidade de conservação. É possível que se este questionário fosse aplicado na atualidade, a demarcação territorial clara entre mata e cultivo não fosse mais tão destacada, já que o Projeto Profito, por exemplo, tem trabalhado o conceito de sistemas agroflorestais e a ONG AS-PTA desenvolve com alguns produtores do maciço o projeto *Árvores na Agricultura*. Neste sentido, ganha força uma nova concepção de coexistência entre os princípios da conservação e as atividades agrícolas.

A ideia de equilíbrio também é evidenciada nas respostas, mas sob diferentes perspectivas: a afirmação: “tem que ser igual”, destaca, em tom de crítica, que a conservação do meio ambiente deveria ser conciliada com a necessidade de plantio dos agricultores, já outras respostas destacam que “para cultivar não é preciso destruir” e que “a agricultura pode prejudicar o meio-ambiente”, se praticada em condições erradas.

Por fim, na resposta: “a agricultura é natureza”, temos a afirmação do princípio de identidade e indissociabilidade entre ambas, revelando novamente valores da agrobiodiversidade. E, no extremo oposto, temos as respostas negativas sobre a relação entre ambiente e agricultura e mesmo de incompatibilidade em um número pequeno de respostas, ao afirmar que é preciso desmatar para a planta sair.

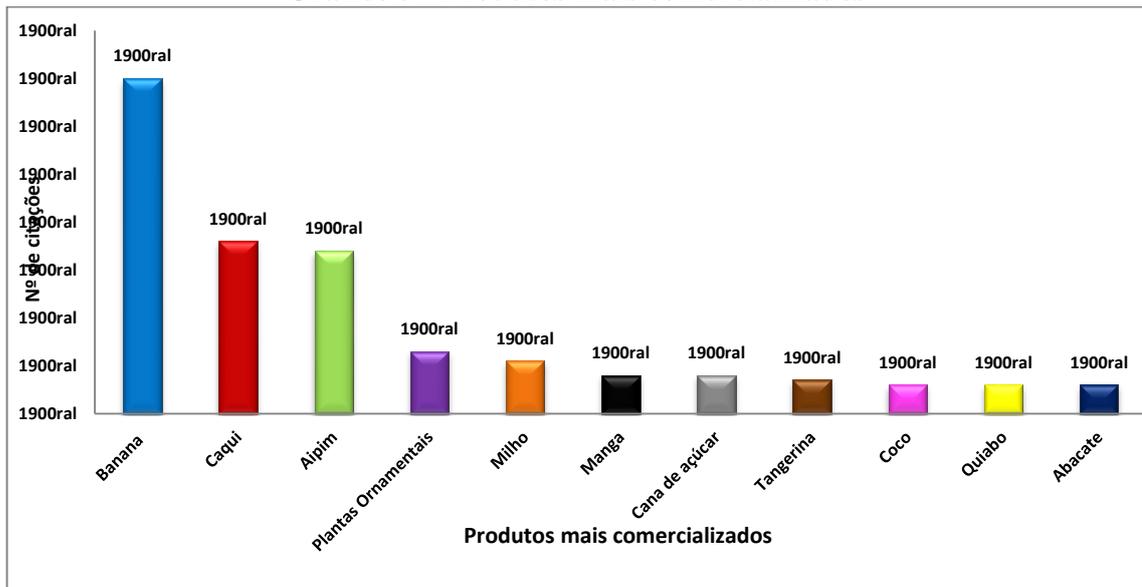
Gráfico2 - Existência de relação da agricultura com o meio ambiente



Fonte: Elaboração própria com dados obtidos pelo projeto Profito em 2007.

Os principais produtos cultivados no Maciço da Pedra Branca, de acordo com dados do Profito (2014), são a banana e o caqui. Além desses dois produtos, o aipim, o milho, a manga, o coco, a cana-de-açúcar, a tangerina, o quiabo, o abacate e o chuchu, são também destinados ao mercado, embora uma parcela significativa desses seja voltada também para o consumo da família, junto com hortaliças como couve, alface e alguns legumes. Segundo Garcia Jr. (1983), a distinção entre lavouras de mercado e de subsistência-não significa que estas últimas não são comercializadas, mas que a lógica que orienta o plantio e as formas como eles circulam, têm consequências sociais diferenciadas e cobrem diferentes esferas do consumo familiar. A chamada alternatividade das lavouras de subsistência significa que tanto ela pode ser vendida, quanto consumida, permitindo equilibrar as necessidades do consumo familiar com as flutuações de preços do mercado. Nestes termos, quando não é possível realizar o valor dessas lavouras no mercado, é possível autoconsumi las (GARCIA JR, 1983).

**Gráfico 3 - Produtos mais comercializados**



**Fonte:** Elaboração própria com dados obtidos pelo projeto Profito em 2007.

Leal (2005), ao realizar pesquisa com os agricultores orgânicos do Rio da Prata, apontou alguns outros produtos que não aparecem no levantamento do Profito, tais como: cenoura e abobrinha. Este fato indica a variação de cultivos quando estes são comparados ao longo do tempo. A opção por plantar ou não alguns alimentos pode estar relacionada à demanda do mercado ou o julgamento de que um produto pode ter bom preço, à mobilização de trabalho necessária para se produzir determinados alimentos e à possibilidade de combinação do trabalho em diferentes lavouras.

Na atualidade, a crescente inserção desses produtores em mercados orgânicos ou agroecológicos e a conquista de pontos de venda próprios têm estimulado os produtores a aumentar a variedade de produtos no tabuleiro e a necessidade de pensar o planejamento da produção.

### **Inserção da atividade agrícola no mercado e circuitos de comercialização**

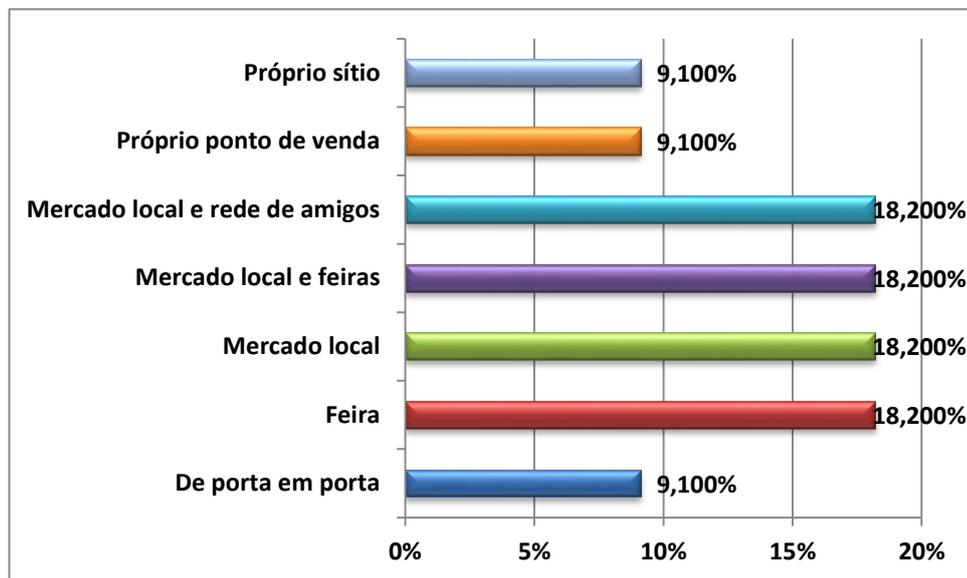
Entre os entrevistados das três vertentes do Maciço, 83,7% dos produtores vendem sua produção, indicando que de alguma maneira, os produtos agrícolas se inserem em relações de mercado. Mesmo a produção não comercializada deve ser compreendida em sua potencialidade de abastecimento das unidades familiares, de manejo dos recursos naturais disponíveis, de construção da paisagem e de ocupação do território.

## Eu vivo da natureza: resistência e conversão agroecológica de produtores na cidade do Rio de Janeiro

Os circuitos de comercialização e a escala de produção são muito variados entre os agricultores. Os locais de comercialização dos produtos, se mais distantes ou não, relacionam-se com as alternativas de transporte, a possibilidade de manter animais de carga e a necessidade de pagamento de frete.

Observa-se que na localidade do Pau da Fome e em Vargem Grande, os circuitos de comercialização são mais restritos aos bairros, sendo as feiras menos praticadas do que no Rio da Prata. Nesta última localidade, a feira é uma alternativa exclusiva de venda para 50% dos produtores, enquanto em Vargem Grande, para 30,4% e no Pau da Fome, para 18,2%.

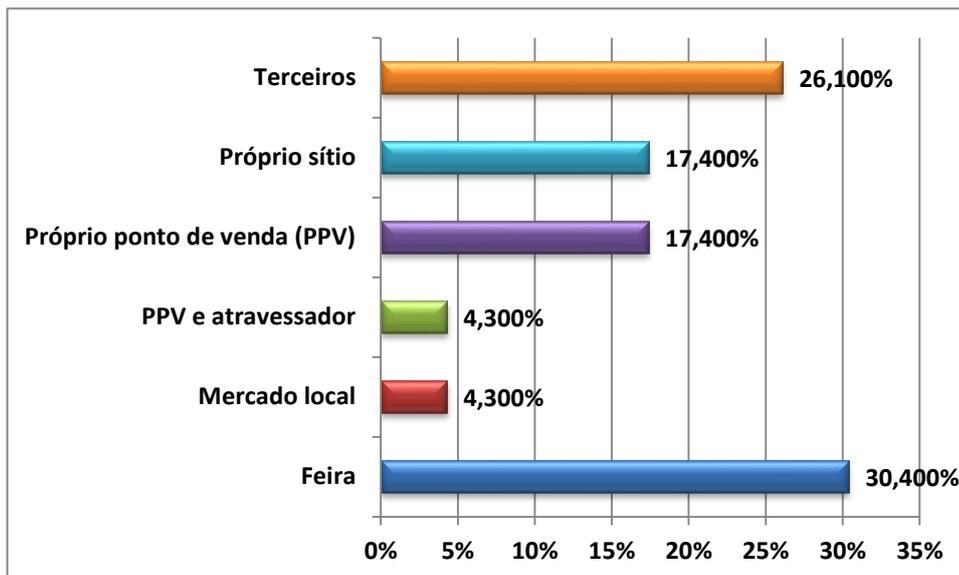
Gráfico 4 - Circuitos de Comercialização de produtores do Pau da Fome



Fonte: Elaboração própria com dados obtidos pelo projeto Profito em 2007.

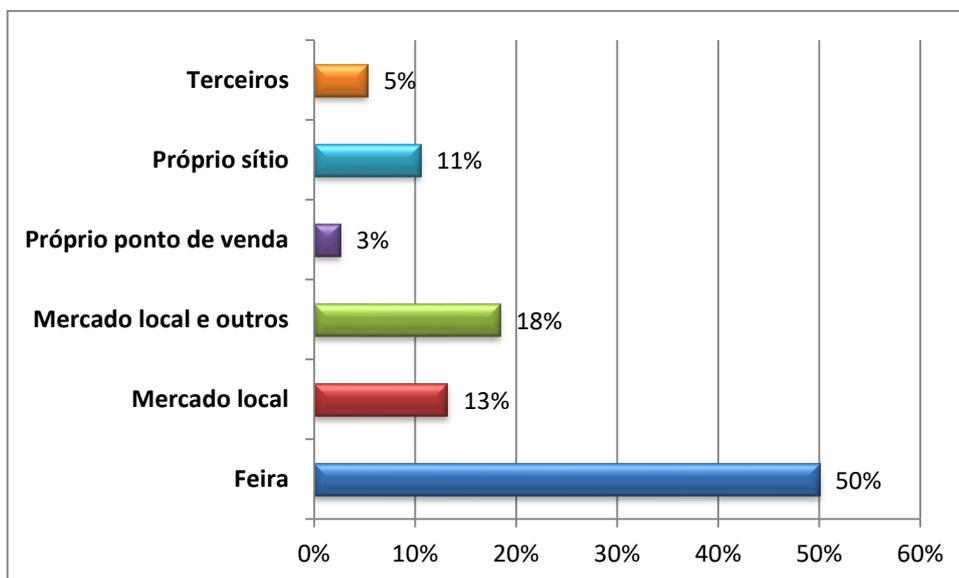
## Eu vivo da natureza: resistência e conversão agroecológica de produtores na cidade do Rio de Janeiro

Gráfico 5 - Circuitos de Comercialização de produtores de Vargem Grande



Fonte: Elaboração própria com dados obtidos pelo projeto Profito em 2007.

Gráfico 6 - Circuitos de Comercialização de produtores do Rio da Prata



Fonte: Elaboração própria com dados obtidos pelo projeto Profito em 2007.

Em Vargem Grande, os produtores pagam menos frete do que nas outras localidades, comercializando grande parte da produção no próprio sítio ou em pontos de venda próprios ou entregando para intermediários no mesmo bairro. Nesses casos, a posse de animais é um componente importante para a "puxada" da banana e a sua entrega, dispensando o frete ou o uso combinado dos animais com veículos motorizados. Embora sejam poucos os exemplos,

## **Eu vivo da natureza: resistência e conversão agroecológica de produtores na cidade do Rio de Janeiro**

---

mas reforçando a ideia de um comércio local e em pequena escala, a bicicleta e o carrinho de mão foram citados como meio de transporte para entrega de produtos. No Rio da Prata, a prática da feira destaca-se dos demais circuitos de comercialização, embora também identificamos a combinação da venda para mercados locais com outras formas de venda, tais como: para as feiras, para intermediários, para a CADEG (Mercado Municipal do Rio de Janeiro<sup>14</sup>, o Ceasa (Central de Abastecimento do Rio de Janeiro) e o Mercado de Madureira (neste caso e no da CADEG, citados para a venda de plantas medicinais), indicando a manutenção da produção desta localidade para mercados mais amplos.

### **Articulação em rede, acesso a mercados e reconhecimento político**

O associativismo e o processo de conversão orgânica e agroecológica dos produtores do maciço, após o trabalho pioneiro da ONG Roda Viva, no período 2001-2003, com a Agroprata, ganha novo impulso a partir do processo de escuta e mobilização dos produtores pelo Projeto Profito<sup>15</sup> que começa a atuar no maciço, a partir de 2006. Desde então tem realizado um trabalho de mobilização dos agricultores, acompanhamento das suas práticas associativas e inserção em redes sociais diversas e, através de sua institucionalidade, tem conferido o reconhecimento desses grupos como sujeitos políticos.

Em dezembro de 2007, foi formada a Associação de Agricultores Orgânicos de Vargem Grande, a Agrovargem. Nas reuniões prévias com a equipe do Projeto Profito, o grupo de produtores listaram algumas de suas necessidades como agricultores e moradores de uma unidade de conservação: o melhoramento das estradas, a instalação de energia elétrica, a solução de conflitos com o INEA e o reconhecimento de seus direitos a partir da anterioridade e antiguidade de sua permanência no território do parque. Neste contexto, concluíram que a formação de uma associação seria um importante instrumento para a luta por melhorias de suas práticas econômicas e reivindicação de direitos.

No fim de 2009, o Projeto Profito ganhou edital interno da Fiocruz, com recurso para a fase de capacitação dos produtores sobre cultivo e comercialização de plantas medicinais. Seguindo as etapas de construção de uma gestão participativa, a equipe do Profito realizou em

---

<sup>14</sup>A sigla originalmente referia-se ao Centro de Abastecimento do Estado da Guanabara.

<sup>15</sup>O projeto Profito tem como objetivo a capacitação e inserção dos agricultores do Maciço da Pedra Branca em um arranjo produtivo local voltado à produção de plantas medicinais e fitoterápicos. Tem como princípio a gestão participativa e a adoção progressiva do sistema agroecológico de produção.

## **Eu vivo da natureza: resistência e conversão agroecológica de produtores na cidade do Rio de Janeiro**

---

16 de novembro deste mesmo ano, um seminário com os agricultores e parceiros para a construção da proposta de curso.

Na priorização das demandas apresentadas pelos produtores, o tema das plantas medicinais articulava-se a questões de mercado, produção, construção do conhecimento e organização associativa, conforme foram descritas: como estimular um mercado de plantas medicinais; como classificá-las adequadamente; como desenvolver cultivos agroecológicos; como beneficiar e desenvolver novos produtos. Também foram apontadas necessidades relacionadas à conquista de direitos: “como ser reconhecido como agricultor pelo governo?”

A complexidade de questões políticas e econômicas trazidas pelos produtores estimulou a equipe do Projeto a trabalhar de modo articulado a outros coletivos e a incentivar a participação dos produtores em fóruns, conselhos e redes.

De acordo com Scherer-Warren (2006), a mobilização em rede permite aos grupos locais ganhar visibilidade e produzir impacto na esfera pública. Ainda que as redes se caracterizem pela pluralidade de ideias, a transversalidade de temas que circula por elas chama a atenção para as várias faces da exclusão social e permite a aliança de grupos a partir da afinidade de opções políticas e de valores.

Outrora invisíveis como se declaravam, ocorreu a integração dos agricultores no Circuito Carioca de Feiras Orgânicas e sua inclusão no SPG (Sistema Participativo de Garantia Orgânica). A inserção em circuitos curtos de comercialização de identidade orgânica e agroecológica têm trazido novos desafios e incentivos relacionados à organização da produção familiar, à diversificação de produtos, de relacionamento com o consumidor, além das questões que envolvem a conformidade aos princípios de certificação.

Na atualidade, possuem representação na Articulação Metropolitana e Estadual de Agroecologia, que, por sua vez, é ligada à Articulação Nacional de Agroecologia (ANA). Participaram de pré-conferências, da conferência municipal, estadual e nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Dois agricultores foram eleitos para o CONSEA-Rio (Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional do Rio de Janeiro).

Em 2012, como resultado da mobilização de diferentes organizações e, após cinco anos de luta (desde as primeiras tentativas relatadas pelos agricultores), dois produtores da Agrovargem conseguiram a declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP). Após ter sido sistematicamente negada aos produtores (PRADO, 2012).<sup>16</sup>, a aquisição da DAP foi

---

<sup>16</sup> A lei 11.326/2006 definiu quatro critérios que o agricultor deve cumprir para ser categorizado como familiar. No caso específico dos agricultores familiares do Maciço da Pedra Branca, as dificuldades para a obtenção da DAP foram agravadas por se considerar o município do Rio de Janeiro como não tendo área agrícola. Como o

## **Eu vivo da natureza: resistência e conversão agroecológica de produtores na cidade do Rio de Janeiro**

---

comemorada como um reconhecimento oficial da agricultura familiar no maciço e como possibilidade de acesso a mercados e políticas públicas garantidas pelo Pronaf. De fato, a posse deste documento permitiu à referida associação fazer a primeira venda para o PNAE (Programa Nacional de alimentação escolar), ao colégio estadual Professor Teófilo Moreira da Costa, no bairro de Vargem Grande, que, simbolicamente, foi uma escola rural<sup>17</sup> no passado.

Sem abrir mão das políticas orientadas à agricultura familiar e a ruralidades muitas vezes evocadas ao território do maciço, os produtores, por meio de sua atuação na Rede Carioca de Agricultura Urbana, têm incorporado o debate sobre as especificidades da agricultura praticada nas cidades e novas agendas que incluem temas como: realocização de alimentos; segurança alimentar e nutricional; circuitos curtos de produção e o reconhecimento de territórios agrícolas no plano diretor da cidade.

Este percurso, portanto, reconstitui a capacidade da agricultura do Sertão Carioca de resistir e de se reinventar. A entrada de parceiros e movimentos articulados em redes de agroecologia tem sido capaz de mobilizar os agricultores do Maciço da Pedra Branca para diferentes lutas e a produção de um jogo de identidades plurais (HALL, 2006), que não são isentas de conflitos ou contradições, mas se articulam com base em princípios comuns, tais como: a defesa do território e luta pela terra, a defesa da agricultura de base familiar e os princípios socioambientais de coexistência entre o homem e a natureza.

### ***I LIVE FROM NATURE: A RESISTANCE AND AGROECOLOGICAL CONVERSION OF PRODUCERS IN RIO DE JANEIRO***

**ABSTRACT:** *This paper aims to describe the forms of resistance and the process of redefinition of productive practices, policies and reworking identity of the small producers in the Pedra Branca Massif, region that once formed part of the rural area of the city of Rio de Janeiro, and it from 1974, was transformed into a state park. It is intended to show how the creation of this conservation unit is related to a broader set of urban transformations and their implementation exerted contradictory effects on the dynamics of local agriculture. In particular, there is the imposition of new borders and uses, established relationships with*

---

Manual do Crédito Rural estipula que o financiamento da produção agrícola se destina a ser aplicado em imóvel rural, logo agricultores em imóveis na área urbana não teriam direito à DAP. Soma-se a isto, a delicada relação que se estabelece entre órgãos estatais de ATER e os agricultores que em diversos casos não têm reconhecida a atividade agrícola familiar.

<sup>17</sup> De acordo com Mota (2007), a criação de escolas rurais na região do Sertão Carioca a partir da década de 20, indica a intenção do Estado em confirmar a vocação rural desta região. O ruralismo pedagógico ganhou força durante o Estado Novo e baseava-se no princípio de que o Estado deveria proporcionar “o ensino pré-vocacional e profissional destinado às classes menos favorecidas.” (Constituição de 1937).

## **Eu vivo da natureza: resistência e conversão agroecológica de produtores na cidade do Rio de Janeiro**

---

*environmental agents and mediators and the increasing incorporation of environmental values that have changed perceptions about the rural, the urban and the relationship between agriculture and nature. It will also be described, the recent processes of political mobilization and presented some data regarding this agriculture, its products, work organization and production circuits.*

**KEY-WORDS:** Peasantry. Environmental policies. Environmental conflicts. Agriculture. Rural-urban interaction. Agroecology.

### **REFERÊNCIAS**

ANJOS, F. S.; CALDAS, N.V. Multifuncionalidade, turismo rural e pluriatividade: interfaces de um debate inacabado. **REDD: Revista Espaço de Diálogo e Desconexão**, Araraquara, v.5, p.1-23, 2012.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. 9.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

CÂNDIDO, A. **Parceiros do Rio Bonito**. São Paulo: Duas Cidades, 1971.

CARNEIRO, M. J. Apresentação. In: MOREIRA, R. J. (Org.). **Identidades sociais: ruralidades no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: DP&A, 2005. p.7-13.

\_\_\_\_\_. Agricultores familiares e pluriatividade: tipologias e políticas. In: CASTRO, A. C. et al. **Mundo rural e tempo presente**. Rio de Janeiro: Mauad, 1999. p.323-344.

CARNEIRO, M. J.; MALUF, R. Introdução. In: CARNEIRO, M. J.; MALUF, R. (Org.). **Para além da produção: multifuncionalidade e agricultura familiar**. Rio de Janeiro: Mauad, 2003. p.17-27.

FERNANDEZ, A. C. F. Conservacionismo e políticas de desenvolvimento: o legado dos parques. In: ESTERCI, N.; S'ANTANA JR., H.; TEISSERENC, M. J. A. (Org.). **Territórios socioambientais em construção na Amazônia brasileira**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2014. p.39-72.

\_\_\_\_\_. **Do sertão carioca ao parque estadual da Pedra Branca: a construção social de uma unidade de conservação à luz das políticas ambientais fluminenses e da evolução urbana do Rio de Janeiro**. 2009. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

FOSTER, G. What is a peasant? In: FOSTER, G.; POTTER, J.; DIAZ, M. **Peasant society**. Boston: Little, Brown and Company, 1967. p.02-14.

GARCIA JUNIOR, A. Trabalho familiar: autonomia e subordinação. In: \_\_\_\_\_. **Terra de trabalho, trabalho familiar e pequenos produtores**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983. p.58-100.

GRYNSPAN, M. Luta pela terra e identidades sociais. **História, ciências, saúde-Manguinhos**, Rio de Janeiro, v.5, p.255-272, jul. 1998.

## **Eu vivo da natureza: resistência e conversão agroecológica de produtores na cidade do Rio de Janeiro**

---

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

IMAGENS mostram plantações ilegais de banana em parque ambiental no Rio. **G1**, Rio de Janeiro, 27 maio 2011. Disponível em: <<http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2011/05/imagens-mostram-plantacao-ilegal-de-bananas-em-parque-ambiental-no-rio.html>>. Acesso em: 25 jan. 2011.

LAMARCHE, H. **A agricultura familiar**. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1993.

LEAL, P. F. **Agricultores orgânicos do Rio da Prata (RJ): luta pela preservação social**. Niterói, 2005. 81f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2005.

LEITE LOPES, J. S. **A ambientalização dos conflitos sociais: participação e controle público da poluição industrial**. Rio de Janeiro: RelumeDumará, 2004.

MOTA, M. S. **Saberes rurais: o caso da fazenda modelo e das escolas rurais do sertão carioca**. Disponível em: <[http://www.nead.gov.br/tmp/encontro/cdrom/gt/6/Maria\\_Sarita\\_Mota.pdf](http://www.nead.gov.br/tmp/encontro/cdrom/gt/6/Maria_Sarita_Mota.pdf)>. Acesso em: 07 jul. 2007.

PRADO, B. A. **A Construção de modos de vida sustentáveis em torno da agricultura na cidade do Rio de Janeiro: agricultores do Maciço da Pedra Branca**. 2012. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2012.

PRADO, R.; CATÃO, H. Fronteiras do manejo: embates entre concepções num universo de unidade de conservação. **Ambiente e Sociedade**, Campinas, v.13, n.1, p.83-93, 2010.

PROFITO PEDRA BRANCA: plantas medicinais em sistema agroecológico na Mata Atlântica. [s.l.:s.n], 2014. No prelo.

QUEIROZ, M. I. P. de. **Cultura, sociedade rural, sociedade urbana no Brasil**. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos; São Paulo: EDUSP, 1978.

\_\_\_\_\_. **O campesinato brasileiro**. Petrópolis: Vozes, 1973.

SANTILLI, J. **Agrobiodiversidade e o direito dos agricultores**. São Paulo: Fundação Peirópolis, 2009.

SANTOS, L. S. dos. Os valores de uma luta: a economia moral do movimento pela terra dos pequenos lavradores do Sertão Carioca nos difíceis anos de 1945-1964. **Mundo Agrário**, La Plata, v.6, n.12, p.7-14, 2006.

SATHLER, E. B. A “desterritorialização subjetiva” e o “pacto da conservação” na perspectiva de uma geografia socioambiental. In: SEMINÁRIO DE ÁREAS PROTEGIDAS E INCLUSÃO SOCIAL, 3., 2007, Teresópolis. **Anais...** Rio de Janeiro: Rodrigo Medeiros & Marta de Azevedo Irving, 2007. v.3. p.177-179.

**Eu vivo da natureza: resistência e conversão agroecológica de produtores na cidade do Rio de Janeiro**

---

SCHERER-WARREN, I. Das mobilizações às redes de movimentos sociais. **Revista Sociedade e Estado**, Brasília, v.21, n.1, p.109-130, jan./abr. 2006.

SCOTT, J. C. **Weapons of the weak: everyday forms of resistance**. New Haven: Yale University, 1987.

WANDERLEY, M. N. B. Prefácio. In: CARNEIRO, M. J; MALUF, R. (Org.). **Para além da produção: multifuncionalidade e agricultura familiar**. Rio de Janeiro: Mauad, 2003. p.09-16.